

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO – DEFINIÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS

Alfredo José MACHADO NETO*

“La Tierra es un solo Pais y la Humanidad sus Ciudadanos ..”
Farhang Sefidvash

- **Resumo:** O neologismo Globalização é utilizado com muitos significados e abrangências, sem que haja um consenso acadêmico ou prático sobre a melhor definição. Comumente, associa-se o processo de globalização à rápida evolução e à popularização das tecnologias de informação. No terceiro mundo, globalização é sinônimo de uma estratégia política dos países ricos e das empresas transnacionais para explorar os países em desenvolvimento. Alguns autores acreditam que o processo de formação de macroparcerias internacionais e de zonas de livre comércio é uma tendência irreversível que beneficiará igualmente os países em desenvolvimento.
- **Palavras-chave:** Tecnologias de informação, empresas transnacionais, macroparcerias internacionais, zonas de livre comércio.

Uma das atitudes mais sensatas ao se tratar de um tema polêmico como a globalização é, sem sombra de dúvida, a cautela.

Isto porque o neologismo é utilizado com os mais diferentes significados e abrangências e nem os cientistas sociais conseguem chegar a um consenso sobre a sua definição correta.

* Prof. Facef. Mestrando em Gestão Empresarial.

A própria frase com que iniciamos este trabalho e que consta de um artigo divulgado na Internet, de autoria de Farhang Sefidvash, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reflete a visão que muitas pessoas têm do neologismo globalização, colocado como um processo natural de evolução, através do qual a humanidade cresceu da sociedade familiar para a formação de tribos, de cidades-estado e nações para, finalmente, chegar a uma condição denominada de *aldeia global*, na qual todas as nações e povos do mundo se tornaram interdependentes.

É comum encontrarem-se referências ao processo de globalização associado à rápida evolução e à popularização das tecnologias da informação e com a mobilidade internacional do capital.

A velocidade da informação ultrapassou todas as barreiras até então existentes e hoje os acontecimentos são acompanhados, em tempo real, de qualquer ponto do mundo. Sobre este prisma, Rossi (1998, p. 1) afirma que:

A notícia do assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln, em 1865, levou 13 dias para cruzar o Atlântico e chegar à Europa. A queda da Bolsa de Valores de Hong Kong (outubro-novembro/97), levou 13 segundos para cair como um raio sobre São Paulo e Tóquio, Nova York e Tel Aviv, Buenos Aires e Frankfurt. Eis ao vivo e a cores, a globalização.

Os acontecimentos no mundo, como guerras, descobertas científicas, cirurgias são realizadas e, instantaneamente, as acompanhamos pela TV, em nossa sala de estar.

O aumento nas taxas de desemprego, decorrente da crescente concorrência internacional, que obriga as empresas a cortar custos, melhorar e automatizar seus processos produtivos, para obter preços menores e produtos de mais alta qualidade, tem sido também relacionado com o tema.

Globalização é, ainda, uma palavra entendida por muitas pessoas, nos países do terceiro mundo, como uma espécie de estratégia política de algumas nações industriais e mesmo de

empresas transnacionais, para explorar os países em desenvolvimento.

Drache (1999, p. 11) comenta que, embora possa passar a idéia de ajuste sem atrito, empresas inovando continuamente, progresso infinito e abundância ilimitada para todos por meio do poder do mercado global, ela não é participativa, a não ser para um poderoso grupo de empresas transnacionais, e não se afina com os objetivos coletivos do liberalismo que prometem melhorias individual e coletiva por meio da reforma do Estado.

A formação de blocos econômicos e as associações de países, em geral de uma mesma região geográfica, eliminando barreiras alfandegárias e tarifárias e estabelecendo relações comerciais privilegiadas entre si, também é foco de discussão ao se tratar do tema.

Contraditoriamente, Naisbitt (1994, p. 3) afirma, em seu *Paradoxo Global* que quanto maior for a economia mundial, mais poderosos serão os seus protagonistas menores, ou seja, as nações, as empresas e os indivíduos. Segundo ele, a remoção das barreiras comerciais, que aparentemente beneficiavam as grandes empresas, abriu, de fato, para as pequenas empresas, mercados aos quais estas não tinham acesso, em função dos entraves burocráticos e legais.

Para Batista (1999, p. 2), a globalização

tornou-se a expressão de um processo, o elemento central de uma teoria, o marco de desenvolvimento de uma estratégia, o signo de vários fenômenos dessemelhantes. Entre tantos significados que lhe são atribuídos, a alusão à modernidade, incorporou-se ao discurso corrente. Com várias significações e com capacidade de remissão a inúmeros fenômenos, esse vocábulo reveste-se de grande ambigüidade. A abrangência de seus significados e a contemporaneidade dos fatos aos quais alude, confere elasticidade semântica e enorme capacidade de inserção sintática a esse termo. Isso explica, o recurso freqüente à globalização, dado que essa palavra se articula com vários campos do conhecimento. Daí porque, é uma palavra que se faz presente e se destaca no repertório fluente na atualidade.

Baumann (1996, p. XII) destaca que

o processo de globalização é algo com que teremos que conviver no futuro previsível e que seus efeitos sobre cada sociedade e cada sistema econômico vão além da órbita puramente financeira, afetando desde estruturas produtivas até relações institucionais e contratos entre indivíduos.

Segundo esse autor,

embora o processo de globalização seja uma expressão corrente na literatura e no noticiário cotidiano, a identificação precisa do fenômeno continua a demandar esforço de conceituação: "como no exemplo das dificuldades relativas em identificar a floresta e cada uma das árvores que a compõem, são muitos os textos que tratam do tema, mas ainda são poucos os que tentam caracterizar os elementos que constituem a globalização (1996, p. 33).

Segundo Parker (1998), embora ainda saibamos muito pouco sobre a globalização, a maioria das pessoas concordaria que esse mundo global está tendo um efeito revolucionário na vida e no trabalho e que a queda das barreiras e a penetração nas fronteiras de todo o tipo criou tanto oportunidades como desafios para as organizações e as pessoas que as compõem. Destaca que, apesar de sua importância, as pessoas se encontram tão ocupadas com as mudanças que o processo acarreta, que não têm tempo ou condições de documentá-las ou explicá-las de tal modo que as descrições práticas sobre elas são "mais anedóticas do que organizadas".

Todd (1999) vai ao extremo de afirmar que

a hipótese de uma 'globalização', princípio abstrato que age 'de fora' em todas as nações não tem substância. Não passa de um mito, de uma representação do sentimento de impotência das elites políticas e culturais" que, repousando num postulado tranquilizador e falso de que em algum lugar existe um modelo dinâmico, eficaz e sadio, resistem em admitir que, "atualmente, nenhum sistema econômico funciona direito.

Como se verifica, as maiores dificuldades em relação ao tema são a abrangência com que é empregado e, principalmente, a sua conceituação.

O economista Eduardo Gianetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo, entende que o processo de globalização é um fenômeno resultante da conjunção de três forças poderosas:

- a) a terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, ao processamento, à difusão e à transmissão de informações; inteligência artificial; engenharia genética);
- b) a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos integrados (como o Mercosul, a União Européia e o Nafta);
- c) a crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros, em escala planetária.

Como este trabalho não objetiva logicamente, esgotar o tema, vamos nos ater aos aspectos relacionados pelo citado autor, além de alguns outros que entendemos importantes e, através de sua análise, tentar apresentar elementos que possam contribuir para a evolução de sua discussão acadêmica.

A liberalização e a regionalização do comércio internacional

Os sistemas de trocas internacionais e as redes de interdependência econômica estabelecem-se a partir de vantagens competitivas dos países, decorrentes não apenas da diversidade de dotações naturais, como também dos diferenciais construídos ao longo dos respectivos processos de desenvolvimento.

Os movimentos do comércio internacional, as transações entre as nações, normalmente são afetados e conduzidos pelas conveniências políticas dos governos estabelecidos.

Durante quatro décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu, econômica e politicamente, dividido entre duas esferas de influência: o capitalismo (EUA) e o socialismo (URSS).

No início dos anos 90, fatos importantes, como a derrocada do sistema socialista, a abertura e reestruturação econômica da URSS,

a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, determinaram a ruptura do modelo bipolar e aceleraram a formação de um novo modelo multipolar, com a formação de parcerias comerciais entre países.

Segundo Drache (1999, p. 11), com o colapso da União Soviética, o sistema capitalista triunfou em todo o mundo contra seu inimigo histórico, o socialismo. Afirma que "os conquistadores são agora, as economias de mercado, talvez o único sistema econômico do mundo de hoje com seu próprio conjunto de medidas de desempenho e normas." Este neoliberalismo atual quer não apenas remover todas as barreiras ao crescimento e às práticas de mercado, mas retirar dele o próprio Estado e estender suas normas e práticas até a sociedade civil.

Desse modo, alerta o autor,

é absolutamente precisa a generalização de que em nenhuma outra época o mercado mundial atingiu tão inexoravelmente além das fronteiras dos Estados-nações para desafiar a autoridade do governo nacional e constrangê-lo.

Rossetti (1997, p. 849) destaca que a globalização, vinculada ao intercâmbio econômico, intensificou-se nos últimos dez anos e determinou a consolidação da integração econômica e política das nações e a constituição de blocos econômicos, que denominou de "novas esferas de co-prosperidade".

Os blocos econômicos são associações de países, quase sempre de uma mesma região geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si, como a quebra de barreiras alfandegárias, a redução ou mesmo a eliminação das alíquotas do imposto de importação e a criação de zonas de livre comércio.

A Tabela I mostra os principais blocos econômicos da atualidade: Acordo do Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a União Européia, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), o Pacto Andino, a Comunidade do Caribe e Mercado Comum (Caricom), a Comunidade dos Estados

Independentes (CEI) e a comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC).

Tabela I

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS				
Blocos	Integrantes	PIB Total	População Total	PIB per capita
		US\$ milhões	Milhões habit.	Em US\$
Asean	7 países	541 075,00	429,00	1 261,25
Apec	17 países	4.119 450,00	2 217,00	6 368,72
Caricom	12 países	16 135,00	5,82	2 772,34
Mercosul	4 países	859 874,00	207,70	4 139,98
Nafta	3 países	7 568 082,00	391,10	19 356,76
Pacto Andino	5 países	197 662,00	101,50	1 947,41
União Européia	15 países	7 324 381,00	372,40	19 668,05
SADC	11 países	145 950,00	137,20	1 063,78
CEI	12 países	550 989,00	285,00	1 933,29

Fonte: Internet, <http://www.liceuasabin.br/pessoal/marcoarthur/a1.htm>, 1999.

A criação destes mercados, no entanto, não conseguiu beneficiar todos os países da mesma forma. Segundo Drache (1998, p. 12), não obstante o extraordinário crescimento das exportações,

a circulação global de bens não está ocorrendo a nível mundial, mas principalmente entre a Europa, a América do Norte e o Japão, os quais são responsáveis por mais de 80% das exportações e dos fluxos de investimento estrangeiro direto.

Soares (1999) alerta para o caráter excludente da globalização econômica, devido ao perfil altamente concentrado do comércio internacional, com cerca de 1/3 das transações sendo realizadas

entre as matrizes e filiais das empresas transnacionais e 1/3 entre as próprias transnacionais.

Na mesma linha, Dowbor (1998, p. 33) destaca que a "formação de blocos vista como tendência geral, ou simples transição para o global, constitui outra visão simplificadora." Segundo ele, os países são atraídos para esferas de influência das economias mais desenvolvidas. A União Européia, que conta com um PIB de US\$ 7 trilhões, é constituída por um núcleo dominante composto pela Alemanha, com US\$ 1,8 trilhões de PIB, a França com US\$ 1,3 trilhão, a Itália com US\$ 1,2 trilhão e o Reino Unido com US\$ 0,9 trilhão.

A Associação Norte-Americana de Livre Comércio (NAFTA) é dominada pelos EUA, com um PIB da ordem de US\$ 5,9 trilhões, enquanto que o do Canadá é de US\$ 490 bilhões e o do México monta US\$ 330 bilhões.

A formação da zona de co-prosperidade asiática é significativamente dependente do Japão que, com um PIB de US\$ 3,7 trilhões, possui enorme poder de atração sobre satélites do porte da República da Coreia, com um PIB de US\$ 296 bilhões, de Cingapura, com US\$ 42 bilhões ou Hong Kong, com US\$ 77 bilhões.

Ainda segundo esse autor, é uma incógnita a nova configuração geopolítica da novas repúblicas do Leste Europeu relativamente à URSS, já que a antiga potência mundial passa por sérios problemas econômicos e políticos.

Em relação ao Mercosul, o pólo é o Brasil que possui um PIB da ordem de US\$ 700 bilhões, enquanto que o da Argentina é, de aproximadamente, US\$ 200 bilhões, com o Paraguai e Uruguai somando, juntos, pouco mais de 15 bilhões de dólares.

No conjunto, destaca Dowbor (1998, p. 34), a formação de blocos não representa, para os países do Terceiro Mundo, a mesma dinâmica que foi originada com os países mais desenvolvidos. Assim, a aproximação entre as economias mais pobres deverá se dar muito mais pela definição de políticas comuns frente às grandes potências, "buscando uma inserção mais vantajosa na economia internacional e ao mesmo tempo em que se deverá trabalhar para uma integração

efetiva do tecido econômico e institucional através de formas descentralizadas de cooperação."

Outros autores defendem a tese de que a formação de blocos comerciais entre países pode não representar uma tendência a uma liberalização global das economias, mas sim, uma forma de se contrapor a ela.

Kenen (1998, p. 293), analisando questões relacionadas à ampliação do NAFTA e da EU, destaca que os países que participam destes blocos, sem perspectivas de obter grandes economias de escala com a liberalização, uma vez que os blocos são suficientemente grandes para atender às suas necessidades, podem querer investir suas energias políticas no desenvolvimento e na administração de seus acordos regionais, ao invés de preocuparem-se com negociações globais.

A formatação dessas parcerias comerciais não representa, no entanto, como afirmam alguns autores, que o mundo esteja caminhando para uma desnacionalização das economias. Pelo contrário, como já escrevia Nasbitt (1994, p. 3), "as tendências mundiais apontam, predominantemente, para a independência política e o autogoverno, por um lado, e para a formação de alianças econômicas, por outro lado."

Assim, o processo de formação de macroparcerias internacionais e de zonas de livre comércio, com as eliminação das barreiras alfandegárias e tarifárias, é uma tendência irreversível e os países em desenvolvimento têm mais a ganhar do que a perder com a sua participação nessas esferas regionais de co-prosperidade.

O novo papel das empresas transnacionais

Perguntaram-me outro dia sobre a competitividade dos Estados Unidos e eu respondi que nunca penso nisso. Nós do NCR pensamos em nós mesmos como uma empresa globalmente competitiva que por acaso tem sede nos Estados Unidos. (Schell, *apud* Hobsbawen (1995, p. 393).

A frase acima, de um alto executivo de uma empresa transnacional, nos dá uma visão de como as empresas globalizadas encaram o processo de globalização e permite entender, como comenta Drache (1999, p. 10), porque os cientistas sociais de esquerda consideram ser a empresa globalizada, ao mesmo tempo, o agente principal, o arquiteto, o vilão e o maior beneficiário da nova ordem mundial. "Ela é o único participante dedicado que está em posição de tirar proveito, diretamente, das drásticas mudanças que estão ocorrendo."

Segundo Soares (1999, p. 4), "as empresas transnacionais constituem o carro chefe da globalização". Isto porque a globalização, ao remover as barreiras à livre circulação, confere a essas empresas um elevado grau de mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisições e fusões, que lhes permite definir estratégias globais para a sua acumulação.

O economista polonês Ignacy Sachs, que já viveu no Brasil, na Índia, México, atualmente vive em Paris, assegura que o mais importante aspecto da globalização é que os principais atores não são os países, mas sim as empresas.

As empresas buscam fontes de suprimento que atendam a alguns aspectos importantes, qualidade, prazo de entrega e preço. A Boeing fabrica integralmente seus aviões 767 nos Estados Unidos? Não. Os profissionais da empresa em Seattle (USA) fazem o projeto e fabricam as asas e a cabine do piloto. O nariz e algumas partes da asa são fabricados na Itália, a parte traseira no Canadá, os pára-brisas e o motor na Inglaterra e a fuselagem e componentes de alta tecnologia no Japão. No conjunto, são 29 países participantes da produção destes aviões.

Bill Blass, um dos mais importantes designers de moda, (vestuário), examina os tecidos de lã fabricados na Austrália com desenhos impressos na Itália. Prepara um desenho de vestido e o envia por fax a um agente localizado em Hong Kong que fará a encomenda de confecção a uma fábrica localizada na China Continental. Os vestidos prontos serão enviados, por via aérea, a New York onde serão distribuídos a lojas de departamentos.

A maioria dos livros vendidos em livrarias americanas, hoje, provavelmente o autor digitou em um computador fabricado em Taiwan, com software desenvolvido na Califórnia. A impressão seria feita em uma gráfica alemã com tinta da Coreia e papel do Canadá. As páginas impressas podem ter sido encaminhadas para encadernação no México, e retornando acabado aos Estados Unidos.

Além desses aspectos que poderiam ser qualificados como *globalização da oferta*, outro fenômeno notável do mercado global emergente é, segundo Yoshino (1996, p. 65), a crescente convergência de produtos de consumo industriais. Constata que

os jovens em Tóquio, Nova York e Colônia queriam o mesmo *walkman*, os mesmos *jeans*, os mesmos tênis, queriam ouvir a mesma música, fazem parte da geração Pepsi. Os clientes industriais estão à procura dos mesmos equipamentos de geração de energia, ferramentas mecânicas, semicondutores e sistemas de controle de poluição.

Essa homogeneização dos padrões de consumo vem permitindo oportunidades mercadológicas sem paralelo para as mais variadas empresas, como a Coca-Cola, Sony, Nike, McDonald's e Motorola.

Estes fatos podem conduzir à conclusão de que as empresas, para triunfarem neste mundo globalizado, devem ser gigantescas e abrangentes, com filiais e ramificações em todos os cantos do mundo.

Nada mais falso.

Segundo Nasbitt (1994, p. 4), o *paradoxo global* reside no fato de "quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores." Afirma que, para sobreviverem, megaempresas com a IBM, a Philips e a GM, precisam se dividir em confederações de pequenas empresas, autônomas e empreendedoras. A receita de sucesso dos anos 80, as grandes empresas e a economia de escala, não mais funciona. Na atualidade, apenas as pequenas e médias empresas ou as grandes que se reestruturarem como redes de empreendedores, sobreviverão a ponto de serem viáveis na virada do século.

E apresenta números incontestáveis em defesa de sua tese. Assegura que 50% das exportações americanas, em 1994, já eram geradas por empresas com 19 ou menos empregados, ocorrendo o mesmo na Alemanha. Destaca que

somente 7% das exportações norte-americanas são criadas por empresas com 500 ou mais empregados. As 500 maiores empresas norte-americanas segundo a revista *Fortune* correspondem, agora, a apenas 10% da economia norte-americana, uma queda em relação aos 20% de 1970. Um total de 90% da economia americana está em outra parte: nas empresas pequenas e de porte médio. Os empreendedores individuais estão criando a grande economia global. (Nasbitt, 1994, p. 4)

Na realidade, o que tem ocorrido nos últimos anos, é que as empresas, mesmo as grandes transnacionais, têm buscado, como forma de sobrevivência num mundo marcado pela intensa concorrência global, a formalização de alianças, que lhes permitam remodelar, em moldes empreendedores, suas estratégias competitivas em resposta à globalização.

Yoshino e Rangan (1996, p. 4) destacam que uma aliança estratégica é uma parceria comercial que aumenta a eficácia das estratégias competitivas das organizações participantes, propiciando o intercâmbio mútuo e benéfico de tecnologias, qualificações e produtos. Mostram, ainda, que o fenômeno não é recente, conforme se pode verificar no Quadro I, que lista as inter-relações existentes entre os maiores fabricantes de automóveis do mundo, em setembro de 1988.

Quadro I

Inter-relações entre os principais fabricantes de automóveis do mundo (1988)					
Empresa/ País	Composição do Capital	Joint Venture	Fornecimento Compra dos principais componentes	Composição Tecnologia	Composição Fabricação e Montagem
GM (EUA)	Isuzu	Crysler	Fiat	Crysler	Bertone
(inclui Opel, Vauxhall, Holden's/Saturn)	Mercedes	Daewoo	Fuji Heavy	Ford	CAC
	Suzuki	Ford	Honda	Honda	Daewoo
		Isuzu	Isuzu	Isuzu	Isuzu
		Nissan	Mitsubishi	Suzuki	Suzuki
		Saab	Nissan	Toyota	
		Suzuki	Renault		
		Toyota	Rover		
		Volvo	Saab		
			Suzuki		
			Toyota		
Ford (EUA)	Aston-Martin	Fiat	AZLK	Crysler	BMW
(inclui Jaguar)	Kia	GM	Fiat	GM	Kia
	Mazda	Mazda	Fuji Heavy	Kia	Mazda
		Nissan	Mazda	Mazda	Nissan
		Toyota	Nissan	Nissan	Rover
		Volkswagen	Renault		Suzuki
		Volvo	Volkswagen		
Toyota (Japão)	Daihatsu	Daihatsu	Daihatsu	Daihatsu	CNAIC
		Ford	GM	GM	Daihatsu
		GM		Volkswagen	Volkswagen
		Nissan		Nissan	
		Renault			
Volkswagen (Alemanha)	BAZ	CNAIC	BAZ	First Auto	BAZ
	Skoda	First Auto	CNAIC	Porsche	First Auto
		Ford	First Auto	Skoda	Porsche
		Mercedes	Ford	Toyota	Skoda
			Nissan		Toyota
			Rover		
			Skoda		
			Volvo		
Fiat (Itália)	FSM	Ford	FSM	FSM	Bertone
(inclui Alfa, Autobianchi, Ferrari, Iveco e Lancia)	Zastava	Peugeot	Ford	Fuji Heavy	FSM
			Fuji Heavy	Nissan	Mazda
			GM		Pininfarina
			Peugeot		
			Renault		
			Steyr		

As novas tecnologias de informação e o capital financeiro internacional

A rápida evolução e a popularização das tecnologias da informação (computadores, telefones e televisão) têm exercido papel fundamental na agilização do comércio internacional e das transações financeiras entre os países e aumentado a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global. Enquanto que em 1960, um cabo de telefone intercontinental conseguia transmitir 138 conversas ao mesmo tempo, com a invenção dos cabos de fibra ótica, esse número subiu para 1,5 milhão. Uma ligação telefônica internacional de 3 minutos, que custava cerca de US\$ 200 em 1930, hoje custa apenas US\$ 2. O número de usuários da Internet, rede mundial de computadores, é de cerca de 50 milhões de pessoas e tende a duplicar a cada ano, o que faz dela o meio de comunicação que mais cresce no mundo. A maior utilização dos satélites de comunicação permite que alguns canais de televisão – como as redes de notícias CNN, BBC e MTV – sejam transmitidas instantaneamente para diversos países. Tudo isso permite uma integração mundial sem precedentes.

As novas tecnologias que possibilitaram a integração dos espaços mundiais de comunicação, permitiram um grande avanço do setor financeiro, que dispõe de amplos recursos para financiar os equipamentos mais modernos para o tratamento de sua principal matéria-prima – a informação.

Soares (1999, p. 3) destaca que o crescimento do sistema financeiro internacional é uma das principais características do processo de globalização. A evolução da área financeira foi superior, nos últimos quinze anos, aos índices de crescimento dos investimentos produtivos, do Produto Interno Bruto e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume crescente de capital produtivo é desviado para a especulação, graças às facilidades proporcionadas pela desregulamentação dos mercados financeiros.

Segundo Dowbor (1998, p. 30), em 1995, a circulação financeira internacional ultrapassou US\$ 1 trilhão por dia, para uma base de trocas efetiva em torno de US\$ 25 bilhões, o que significa uma circulação especulativa 40 vezes maior do que a necessária para cobrir as atividades econômicas reais.

Atualmente, estima-se que US\$ 1,5 trilhões, ou seja, montante equivalente a um ano do comércio internacional, circula, por dia, entre os principais mercados financeiros do mundo. Isto confere um poder extraordinário de atuação ao capital volátil internacional, possibilitando ganhos extraordinários, em curtos espaços de tempo, decorrentes de operações especulativas, como os ataques a moedas de países economicamente fragilizados, em razão de dívidas externas elevadas.

Os episódios recentes nas bolsas asiáticas, nas economias mexicana, russa e, em seguida, a brasileira, é uma prova: a um simples toque de computador, bilhões de dólares são transferidos de países a outros, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política e deixando para trás um rastro de destruição da ordem social.

No final do ano de 1997, o governo brasileiro estava reduzindo as taxas de juros gradativamente, porém com a queda da Bolsa de Hong Kong, viu-se obrigado a mudar drasticamente sua política, e as duplicou, com conseqüências nefastas para a sua economia, em especial para a classe empresarial que passou a conviver, não apenas com uma moeda sobrevalorizada, com as mais altas taxas de juros do mercado internacional.

Entre setembro e outubro de 1998, pressionado pela crise da Rússia, o Brasil perdeu cerca de US\$ 26 bilhões de suas reservas e o Banco Central foi obrigado a elevar o teto dos juros duas vezes, inicialmente para 29,75% e, depois, para 49,75% ao ano, na tentativa de estancar a saída de capitais do país.

No início deste ano, a economia brasileira sofreu novo ataque especulativo, que levou o governo a abandonar o sistema de bandas cambiais, a desvalorizar a sua moeda frente ao dólar e a elevar novamente as taxas de juros, como forma de manter no país as

divisas estrangeiras necessárias ao cumprimento dos compromissos financeiros internacionais.

Drache (1999, p. 11) comenta que os governos não estavam alertas, nem preparados para enfrentar o volume de capital especulativo que flui entre as fronteiras dos países e não compreenderam a necessidade vital da regulamentação de tais operações para a organização do mercado.

Para Dowbor (1998, p. 31), os fluxos financeiros se tornaram mundiais, numa era caracterizada pelo dinheiro volátil, enquanto que os instrumentos de controle continuam no âmbito do Estado nacional. Segundo constata,

é curioso ver o banco central norte-americano, o Federal Reserve, confessar a sua incompetência jurídica, à medida em que o seu campo de atuação é essencialmente nacional, e a sua impotência técnica, à medida que não dispõe de computadores sequer para acompanhar o que está acontecendo.

Segundo Baumann (1996, p. 46), é antiga a percepção de que uma maior exposição aos mercados internacionais e à maior volatilidade dos recursos reduz os graus de liberdade dos governos locais. Destaca que autores como Servan-Schreiber (1967) e Poulantzas (1974) já manifestavam sua preocupação com essa menor liberdade dos governos nacionais, em função das características do capital estrangeiro e da subordinação das prioridades nacionais aos interesses multinacionais.

No Brasil personalidades dos mais diferentes partidos, do governo e da oposição, manifestaram opiniões semelhantes sobre o tema. O Presidente Fernando Henrique (1998, p. 1) em discurso em setembro de 1999, criticou a falta de eficiência das instituições financeiras na apresentação de medidas que evitem a volatilidade de capitais especulativos. Pediu aos líderes das grandes potências que encontrem, juntos e de forma coordenada, com os países emergentes, uma 'resposta solidária' para a crise financeira internacional.

Aloisio Mercadante (1999, p. 2.2), tecendo comentários sobre a

crise decorrente da desvalorização cambial e o socorro do Banco Central às instituições financeiras privadas, afirmou que

o Brasil deveria preparar um dossiê sobre a atuação dos bancos e apresentá-lo em fóruns internacionais, fato que seguramente estimularia muitos outros 'emergentes', também vítimas do capital especulativo a fazer o mesmo.

O XI Fórum Nacional, realizado entre os dias 17 e 20 de maio deste ano, em Brasília/DF, no Auditório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, teve como foco principal a necessidade de novas regras para o funcionamento do sistema financeiro mundial. Seu coordenador, o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso (1999, p. B5) alertou que: "o sistema financeiro tem muito mais instabilidade do que seria desejável."

As conseqüências dessa falta de regulamentação são nefastas para os países que dependem de investimentos externos para o equilíbrio de seus balanços de pagamentos. Foram necessários empréstimos da ordem de US\$ 38 bilhões, para que os EUA e o FMI evitassem a falência do México e o início de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional. Volume semelhante de recursos teve que ser disponibilizado recentemente para o Brasil, através de idêntica operação, para ajudar o país a superar sua crise cambial.

Na realidade, o discurso sombrio e fantasioso sobre a derrocada dos sistemas financeiros local e internacional, tem servido de justificativa para operações de socorro a instituições financeiras, de legalidade duvidosa, através das quais volumosos recursos dos orçamentos públicos são transferidos para instituições privadas. Os recentes escândalos dos Bancos Marka e Fontecindam são exemplos típicos dessas operações.

Milton Friedman, em entrevista ao jornalista André Laoz, da *Revista Exame*, destacou também o papel prejudicial do FMI no mercado financeiro internacional. Comentando a crise asiática, afirmou que ela aconteceu não apenas porque aqueles países tentaram manter taxas de câmbio irrealistas e ainda expandir o meio circulante, coisas incompatíveis, mas que o principal problema foi a existência do FMI.

Esclareceu que,

na crise mexicana de 1994, o FMI garantiu o dinheiro de quem emprestou ao México. Os beneficiários estavam em Wall Street e na City de Londres, que passaram a emprestar a países como a Tailândia. Foram empréstimos que não teriam sido feitos, mas a percepção de risco mudou.

Mas, os maiores *rombos* nos orçamentos públicos decorrem das medidas tomadas pelos governos, aparentemente em defesa da moeda nacional, mas que beneficiam diretamente o capital especulativo, especialmente as elevações brutais das taxas de juros. Em 1996, o governo brasileiro destinou para pagamento de juros da dívida pública um volume de recursos superior a US\$ 20 bilhões.

Recente reportagem da *Folha de São Paulo* mostrou que para cada R\$ 18,00 do déficit público, R\$ 7,00 correspondiam a encargos financeiros decorrentes da dívida pública nacional.

O balanço da Petrobrás registrou, no primeiro trimestre do ano de 1999, um prejuízo de R\$ 1,5 bilhões, causado, basicamente, pelos efeitos da desvalorização cambial sobre os débitos da empresa em moeda estrangeira.

Sob a forma da recessão, do desemprego, do arrocho dos salários e da quebra de empresas nacionais, trabalhadores e empresários são os que realmente pagam a conta da desregulamentação e da liberdade criminosa proporcionada por governos, ou organismos internacionais irresponsáveis (ou coniventes), ao capital especulativo internacional.

Segundo Mercadante (1999, p. 2.2)

a agenda para acabar com os 37 paraísos fiscais internacionais, que lavam dinheiro sujo e estimulam a evasão fiscal, o imposto Tobin e novos mecanismos sobre o capital financeiro internacional são os grandes temas deste final de século. Não podemos continuar reféns de um capital predatório, que não cria emprego, não constrói o país e vulnerabiliza nossas frágeis finanças públicas.

O desafio de aliar a competitividade à geração de empregos

A característica mais acentuada da nova ordem global é a existência, conforme assinala Drake (1999, p. 15), "de um ciclo destrutivo da globalização em relação às práticas e aos objetivos de pleno emprego".

Soares (1999, p. 7) alerta que a eliminação dos postos de trabalho representa o lado mais perverso da globalização e que o problema já foi tema de duas Conferência de cúpula do G-7, sem nenhum resultado prático, já que estes países decidiram continuar a adotar as políticas econômicas recessivas do monetarismo.

O aumento nas taxas de desemprego é resultante, em parte, da crescente concorrência internacional, que obriga as empresas a procurar aumentar a sua competitividade, cortando custos, melhorando e automatizando seus processos de fabricação, buscando elevar sua produtividade pela utilização de tecnologias mais avançadas.

É importante ressaltar que à medida que as economias focam os seus esforços nas atividades produtivas voltadas para o mercado externo e, ao mesmo tempo, abrem os seus mercados ao comércio internacional, é inevitável que fiquem atreladas aos preços globais para definir os padrões sociais, assim como as convenções relativas ao mercado de trabalho.

Ocorre que, conforme assinala Drache (1999, p. 16), embora os economistas tradicionais argumentem que as indústrias altamente competitivas deveriam criar novos empregos porque os países estão exportando mais, na prática, o que se constata é que os maiores volumes de comércio não estão gerando postos de trabalho em quantidade suficiente para substituir os que foram fechados, devido à concorrência dos produtos importados ou das novas tecnologias de produção.

A elevação nas taxas de desemprego é decorrência, ainda, como vimos no item anterior, dos desvios de capitais produtivos para fins especulativos, que aplicados de maneira predatória provocam o caos social, a falência de empresas e nações, com a conseqüente redução dos postos de trabalho.

Além disso os níveis de desemprego dobraram em cada década em todos os países, à medida que os Estados aceitaram os comandos da política e as metas macroeconômicas de priorizar o combate à inflação, com a adoção, na maioria das vezes, de programas de ajuste com base no rigor fiscal e no equilíbrio monetários, com reflexos altamente recessivos.

O resultado foram taxas de crescimento muito baixas, mesmo para os países mais desenvolvidos, como se pode verificar no Tabela II.

Tabela II - Taxas de crescimento nos países desenvolvidos (G-7)

Pais	1981-90*	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUA	2,6	-0,6	2,7	2,2	3,5	2,0	2,1
Alemanha	2,2	4,5	1,8	-1,2	3,0	2,1	0,9
Japão	4,1	4,3	1,0	0,1	0,5	0,7	2,6
Itália	2,2	1,2	0,7	-1,2	2,2	3,0	2,4
França	2,4	0,8	1,3	-1,5	2,9	2,4	1,4
Inglaterra	2,7	-2,0	-0,5	2,3	3,8	2,4	2,2
Canadá	2,9	-1,8	0,8	2,2	4,6	2,2	1,8

(*) Média anual no período

Fonte : Relatório da OEA (apud Soares, 1999, p. 8)

Outro aspecto importante do aumento do desemprego e que não se pode deixar de mencionar, embora não relacionado com o processo de globalização, foi a ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho.

Rossetti (1997, p. 378) ressalta que, no final da Segunda Guerra Mundial, as mulheres representavam, em média, menos de 10% da força de trabalho no mundo; em 1990, ultrapassaram a taxa de 30%; em 1992, já constituíam 35%, superando os 40% em alguns países. Atualmente, as mulheres devem representar, seguramente, a metade da força de trabalho, em média, em nível mundial.

Além disso, o crescimento acelerado da população

economicamente mobilizável, em especial nos países de baixo nível de desenvolvimento econômico e social, tem contribuído para aumentar a necessidade da criação de novos postos de trabalho, sendo que o problema não se dá apenas em nível das nações em desenvolvimento. Pelo contrário, o Tabela III mostra as taxas de desemprego na grande maioria dos países mais desenvolvidos cresceram nos últimos anos.

Tabela III - Taxas de desemprego nos países desenvolvidos (OCDE)

Pais	1981-90*	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUA	7,1	6,7	7,5	6,9	6,1	5,6	5,8
Alemanha	7,1	5,5	7,8	8,9	9,5	9,4	11,1
Japão	2,5	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,4
Itália	8,0	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	11,8
França	9,3	9,4	10,3	11,7	12,3	11,6	12,1
Inglaterra	9,1	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	7,9
Canadá	9,4	10,3	11,3	11,2	10,4	9,5	9,6

(*) Média anual no período

Fonte : Relatório da OEA (in Soares, 1999, p.8)

A situação de desemprego também é particularmente crítica nas nações em desenvolvimento.

No Brasil, por exemplo, a taxa de desemprego que, 1994, estava em 5,4% da população economicamente ativa, subiu para 8,02 em julho de 1998 (*Folha de São Paulo* 04/09/98, especial A1).

Segundo Pinheiro (1999, p. B9), atualmente existem 6,6 milhões de desempregados no Brasil (IBGE), com mais de 2 milhões no Estado de São Paulo, sendo que destes, 1,7 milhões se encontram na Grande São Paulo.

O problema se torna ainda mais grave, se considerarmos a disparidade de distribuição da renda em nosso país, no qual, segundo Dowbor (1998, p. 51), o 1% das famílias mais ricas auferem 15% da renda produzida anualmente pelo país, enquanto que os 50% mais pobres, cerca de 80 milhões de pessoas, ficam com apenas 12% da renda gerada.

Tais números apontam para a iminência de uma crise social sem precedentes no país, cujos primeiros reflexos são a elevação dos níveis de violência urbana e a degradação progressiva dos valores morais da sociedade.

O assunto é tão sério que especialistas afirmam que o Brasil está em um estado de emergência tão grave, que precisa criar a sua versão do *New Deal*, plano de emergência criado pelo governo dos EUA, na depressão dos anos 30, que previa a intervenção governamental na economia, via frentes de trabalho, investimentos em educação, infra-estrutura e criação de estruturas de apoio aos desempregados (*O Estado de São Paulo*, 18/5/99, p. B9).

Conclusão

De tudo o que foi visto em relação ao processo de globalização, pode-se concluir que um dos grandes desafios deste final de século é o de conciliar a expansão e competitividade das empresas, num mundo marcado por um ritmo alucinante de inovações tecnológicas, com o aumento das oportunidades de emprego para o fator trabalho.

O ideal do pleno emprego e da consecução do bem-estar social, que se coloca como o objetivo final de todo sistema econômico, continua a constar apenas dos compêndios de economia.

As elevadas taxas de desemprego, as alarmantes disparidades na distribuição da renda entre países e classes sociais, aliados aos baixos índices de desenvolvimento humano e social, permitem levantar sérias dúvidas sobre a capacidade dos sistemas neoliberais vigentes serem capazes de atender aos objetivos individuais e coletivos da dignidade humana.

Hoje, vive-se um momento definidor de estratégias e caminhos que a humanidade deverá trilhar. Os vários segmentos do pensamento: estatizante, privatizante, livre comércio, pleno emprego e outras questões de equidade, tendem a sofrer modificações em seus conteúdos, experimentando mudanças até então inconcebíveis.

A decisão de tais questões é sempre pessoal, como muito bem observou Motomura (1999, p. 13), mesmo quando representamos coletividades, como presidente, como ministro, diretor do FMI, etc.

Na fração de segundo, na qual nos posicionamos e afetamos a vida de milhões de pessoas, a escolha é do indivíduo. É aquele instante em que escolhemos expressar quem somos. Alguns buscam sempre expressar o melhor de si. Outros, em níveis ainda baixos de consciência, escolhem manifestar o lado sombrio de quem são. Escolhem o lado da ganância, da rigidez, do medo, da fragmentação, do ser pequeno. As conseqüências de nossas escolhas podem ser enormes conquistas para a humanidade ou crises.

É importante que se entenda, por exemplo, que a destruição econômica de qualquer nação representa, no mínimo, uma perda de mercado e, senão por outras razões mais nobres, esta deveria ser suficiente para estimular a necessária cooperação entre os países para evitar que ela ocorra.

As nações ricas, assim como as classes mais abastadas em nível local, não poderão suportar pobreza absoluta de alguma outra nação ou segmento social, já que a paz social depende de um nível de bem-estar de todo o resto da humanidade.

O problema do mundo, portanto, não está na globalização em si, mas em não saber como viver dentro desta nova realidade.

O processo de globalização deveria ser considerado uma maravilhosa oportunidade para que os povos de mundo pudessem se unir e harmonizar seus interesses para assim se beneficiar em de melhor maneira com os recursos materiais e culturais existentes.

A governança global poderia ser definida como a soma das maneiras pelas quais todos os indivíduos e instituições, públicas ou particulares, administram, de forma harmoniosa seus interesses comuns. Seria um processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou divergentes poderiam ser solucionados se adotadas ações cooperativas.

Embora tais colocações possam parecer utópicas e sonhadoras, a persistência da capacidade de governança nacional, o

surgimento de fortes movimentos regionais com raízes em arranjos institucionais fora do mercado, bem como o apelo profundamente enraizado da política de identidade, que dá poderes às pessoas e reinventa o local, de maneiras diversas e imprevisíveis, são aspectos que mantêm a promessa de um tipo de ordem mundial diferente da atual.

Abstract: The neologism Globalization is used with many meanings and to represent many concepts, without an academic or practical consensus over it. It is common to associate the globalization with the rapid evolution and popularization of the information technology. In the Third World, globalization is the name for a political strategy imposed by the rich countries and the multinational corporations to exploit the developing countries. Some authors believe that the wide schemes of international macropartnership and the creation of free-trade zones represent an irreversible trend that, at the end, will benefit not only the rich countries but also the developing countries.

Keywords: Information technologies, multinational corporations, international macropartnership, free-trade zones.

Referências bibliográficas

- BATISTA, Wagner Braga. *Globalização: uma teoria em busca de conteúdo*. Disponível em: <<http://www.unikey.com.br/clipping/art448.htm>>.
- BAUMANN, Renato (org.) et al. *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *FHC cobra atitude dos países ricos*. Disponível em: <<http://www.jt.com.br/noticias/98/09/08/ec8.htm>>.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- DRACHE, Daniel. Globalização: o grande medo. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 34, p. 9-28, jan./mar, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENEN, Peter Bain. *Economia internacional: teoria e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MERCADANTE, Aloisio. Bate, mas escuta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 maio 1999. Caderno Economia, p.2

MOTOMURA, Oscar. *Administrar a economia ou fazer o todo evoluir?* Disponível em:

<<http://www.amana-key.com.br/comunida/estrpais.htm>>.

NAISBITT, John. *Paradoxo global: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PARKER, Bárbara, et al. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

PINHEIRO, Lilian. Frentes de trabalho unem universidades e sindicatos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 maio 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. 17.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ROSSI, Clóvis. *O que é globalização?* Disponível em: <<http://www.iis.com.br/~rbsoares/geo7.htm>, 1999>.

SOARES, R. *Globalização*. <<http://www.iis.com.br/~rbsoares/geo7.htm>, 1999>.

SEFUDVASH, Farhang. O conceito de globalização. Disponível em: <<http://www.geocites.com/Athens/Delphi/9810/globalizacao.htm>>.

TODD, Emmanuel. *A ilusão econômica: ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Entrevista a Gustavo Alves. *O Estado de São Paulo*, 16 maio 1999, p. B5

YOSHINO, Michael Y.; RANGAN, U. Srinivasa. *Alianças estratégicas*. São Paulo: Makron Books, 1996.